

VIOLÊNCIAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM CONTEXTO PRISIONAL

*Aldemar Balbino da Costa (UFPR)**

<https://orcid.org/0000-0003-3487-9714>

*Francisca Vieira Lima (UFPR)***

<https://orcid.org/0000-0002-1426-407X>

*Márcio Cesar Ferraciolli (UFPR)****

<https://orcid.org/000-0002-8312-568X>

RESUMO

Este artigo tem por objetivo identificar e refletir sobre condições e relações de trabalho, o dia a dia, mecanismos de naturalização do poder nas relações hierárquicas que podem impactar na saúde mental de servidores de diversas funções dentro do sistema prisional. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa de natureza exploratória. Para atender aos objetivos propostos foi elaborado e disponibilizado um questionário usando a plataforma *google forms*, de preenchimento *on line* contendo questões divididas em duas categorias: perfil e situações de violências experienciadas pelos/as servidores/as no ambiente no ambiente de trabalho. Os resultados da pesquisa revelaram uma predominância do público masculino, sendo que, de uma forma geral (eles/elas) têm idade entre 26 a 46 anos, com ensino superior completo, casados e com filhos. Foi identificado que estes/as trabalhadores/as sofrem cotidianamente violências no seu ambiente de trabalho, das quais, destaca-se o assédio organizacional. Finaliza-se com a proposição de algumas alternativas como contribuição para a melhoria da qualidade de vida laboral dos servidores do sistema prisional como, por exemplo, o investimento no processo de acompanhamento da saúde destes trabalhadores, o que poderia impactar nas suas vidas pessoais e profissionais.

Palavras-chave: Sistema prisional. Violências. Cárcere. Ambiente de Trabalho.

ABSTRACT

VIOLENCES IN WORK RELATIONSHIPS IN PRISON CONTEXT

This article aims to identify and reflect on work conditions and relationships, day to day, mechanisms of naturalization of power in hierarchical relation-

* Doutorando em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, Paraná. E-mail: aldemardc@gmail.com

** Doutoranda em Educação – Linha: Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano – Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: franvlprof@gmail.com

*** Professor do Departamento de Psicologia da UFPR. Mestre em Psicologia do Trabalho pela UFSC e Doutor em Sociologia pela UFPR. E-mail: marcio.ferraciolli@gmail.com

ships that can impact the mental health of employees of various functions within the prison system. This is an exploratory qualitative and quantitative research. In order to meet the proposed objectives, a questionnaire was created and made available using the google forms platform, to be filled out online containing questions divided into two categories: profile and situations of violence experienced by the servers in the workplace. The results of the research revealed a predominance of the male audience, being that, in general (they / they) are aged between 26 to 46 years old, with complete higher education, married and with children. It was identified that these workers suffer daily violence in their work environment, of which, organizational harassment stands out. It ends with the proposition of some alternatives as a contribution to the improvement of the quality of working life of the prison system employees, such as, for example, the investment in the process of monitoring the health of these workers, which could impact their personal and professional lives.

Keywords: Prison system. Violence. Prison. Desktop.

RESUMEN

VIOLENCIAS EN LAS RELACIONES LABORALES EN EL CONTEXTO PRISIONERO

Este artículo tiene como objetivo identificar y reflexionar sobre las condiciones y relaciones laborales, día a día, los mecanismos de naturalización del poder en las relaciones jerárquicas que pueden afectar la salud mental de los empleados de diversas funciones dentro del sistema penitenciario. Esta es una investigación exploratoria cualitativa y cuantitativa. Para cumplir con los objetivos propuestos, se creó y puso a disposición un cuestionario utilizando la plataforma de formularios de Google, que se completará en línea con preguntas divididas en dos categorías: perfil y situaciones de violencia experimentadas por los servidores en el lugar de trabajo. Los resultados de la investigación revelaron un predominio de la audiencia masculina, siendo que, en general (ellos / ellos) tienen entre 26 y 46 años de edad, con educación superior completa, casados y con hijos. Se identificó que estos trabajadores sufren violencia diaria en su ambiente de trabajo, de los cuales se destaca el acoso organizacional. Termina con la propuesta de algunas alternativas como contribución a la mejora de la calidad de vida laboral de los empleados del sistema penitenciario, como, por ejemplo, la inversión en el proceso de monitoreo de la salud de estos trabajadores, que podría afectar sus vidas personales y profesionales.

Palabras clave: Sistema Penitenciario. Violencia. Cárcel. Ambiente de Trabajo.

INTRODUÇÃO

Esse artigo é resultado de uma demanda por intervenção no sistema penitenciário do Paraná no ano de 2018. Foi solicitado uma palestra a gestores e agentes penitenciários sobre Assédio Moral. Ao receber o pedido, por questão ética e metodológica, um dos pesquisadores envolvidos nesta produção (por se tratar de um tema que envolve questões de relações de trabalho), arguiu sobre a necessidade de saber sobre como é o dia a dia ou, no mínimo, conhecer sobre essa realidade de trabalho. No entanto, em decorrência do tempo a ser realizada a palestra (queriam para uma semana após o convite) isso não era possível. Diante dessa realidade, o pesquisador propôs um questionário via on-line (plataforma *google forms*), sem identificação de local de trabalho, nome ou função. Acatada a arguição do pesquisador, o questionário foi colocado à disposição de trabalhadores do sistema prisional, na página oficial da instituição pública. Em cinco dias, foram acessados e respondidos 178 questionários, de servidores do sistema prisional de todo o Estado do Paraná. O instrumento objetivava saber sobre condições e relações de trabalho, o dia a dia, mecanismos de naturalização do poder nas relações hierárquicas, que poderiam impactar na saúde mental de servidores de diversas funções dentro do sistema. Em nenhum momento foi usado o termo Assédio Moral no questionário para não induzir, pois, esse tema, apesar de sua relevância social apresentada por diversos pesquisadores (BARRETO, 2000; HIRIGORYEN, 2001 e 2005; SIMM, 2008 e SOBOLL, 2017,) está muito banalizado e naturalizado, o que pode acabar em visões deterministas ou, conforme Martín-Baró (1998), em fatalismo, ou seja, é assim mesmo. O fatalismo é um sentimento que constitui a

subjetividade colonizada: a vida é assim, não adianta lutar, assédio moral todo lugar tem, não adianta cursos, política, é assim mesmo, etc.). Logo, pelos dados coletados, percebe-se que, algumas formas e condições de trabalho que se apresentam nas instituições e organizações, é o mais eficaz meio de produção da violência naturalizada e legitimada pelas relações de poder.

O problema da violência é considerado atualmente, como algo de grande relevância social e de saúde (FERREIRA et al., 2017). Assim, o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, destaca que anualmente mais de um milhão de pessoas morrem em decorrência da violência e, além do sofrimento de muitas outras, provocada por outros tipos de violência (OMS, 2002). O documento apregoa que, para além dos diversos tipos de violências visíveis ao público, há aquelas que ocorrem de forma velada, nos lares, locais de trabalho e outras instituições.

A violência no ambiente laboral, em especial as decorrentes de determinadas atitudes por parte dos que estão em posição de poder, podem influir na questão de saúde dos subordinados.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) a violência no trabalho não envolve somente o comportamento físico, mas também o psicológico. Mas o que seria violência? Comportamentos prepotentes agressivos, *bullying*, assédio sexual, ameaças e intimidações, entre outras, são formas de violências que também acometem as relações humanas no ambiente laboral. (OMS, 2002).

A respeito do trabalho e suas condições nas penitenciárias, alguns estudos no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro e em Salvador apresentam informações relevantes. (ALVES; BINDER, 2014; FERNANDES et

al., 2002). Entre os aspectos levantados no presente estudo, observou-se a formação insuficiente dos agentes penitenciários para lidar com o medo e a violência encontrados no dia a dia, além do ambiente em constante processo de degradação.

Estas circunstâncias abrem a possibilidade de se envolver com a violência como uma saída para resolução de conflitos e outras situações do cotidiano enfrentadas por estas trabalhadoras e trabalhadores, como ceder a ameaças e em possibilidades de corrupção. (ALVES; BINDER, 2014). Em Vasconcelos (2000), encontramos o agente penitenciário em um ambiente laboral que, por vezes, tem uma situação mais ameaçadora do que os apenados.

Para Scartazzini e Borges (2018), a rotina diária de um agente penitenciário, por exemplo, envolve situações interpessoais peculiares, tornando iminente a possibilidade de ocorrências na relação com o preso, que considera o agente socialmente como rival, com possibilidades de conflitos que podem corroborar para riscos à saúde física e mental e até de morte. As autoras, ao realizarem uma revisão teórica acerca da condição psicossocial daquelas/es, acrescenta que a violência consiste num tema associado com frequência, às características das relações dos espaços prisionais.

Nesta perspectiva, este estudo surgiu como uma demanda da corregedoria do DEPEN-PR, da necessidade de identificar as violências que afetam as condições de trabalho dos/as servidores das Unidades Prisionais do Estado do Paraná. Para isso, buscamos traçar o perfil destes/as trabalhadores/as, abordando alguns elementos para esta identificação, como sexo, faixa etária, escolaridade, estado civil e número de filhos. Na sequência, verificamos as diversas situações de violências ocorridas no

ambiente de trabalho, e nas relações interpessoais dos/as participantes da pesquisa para que, à luz da literatura científica, possamos realizar a análise dos dados encontrados.

MÉTODO

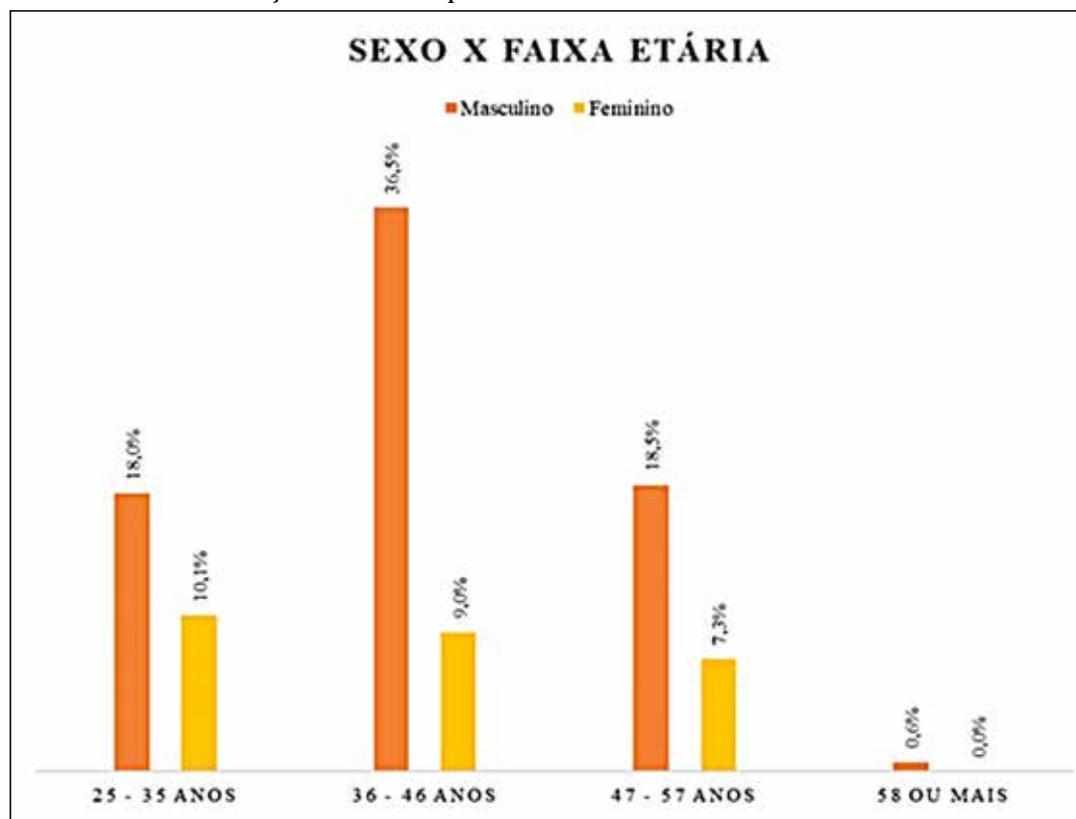
Quanto à metodologia aplicada, a presente pesquisa tem caráter quali-quantitativa de natureza exploratória. Para atender aos objetivos propostos, foi criado um questionário usando a plataforma *google forms*, de preenchimento *on line* contendo questões divididas em duas categorias: perfil e situações de violências experienciadas pelos/as agentes no ambiente prisional. O questionário foi preenchido por servidores do sistema prisional do Paraná, sob a Gestão do DEPEN-PR, estes acessaram a plataforma *Google Forms* num período de cinco dias, compondo um total de 178 participantes. Os dados foram disponibilizados em planilha *excel*, compilados e analisados estatisticamente, por meio da estatística descritiva via *software SPSS*¹, versão 24.0.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil dos Servidores no Cárcere

O primeiro campo investigativo tratou do perfil dos respondentes da pesquisa, envolvendo 178 participantes, sendo 131 (73,6%) do sexo masculino e 47 (26,4%) do sexo feminino. O Gráfico 1 apresenta uma distribuição de variáveis envolvendo sexo e faixa etária dos participantes.

1 O *Statistical Package for the Social Science (SPSS)* consiste num *Software* estatístico desenvolvido pela empresa americana *International Business Machines (IBM)* com licença comercial utilizado para a realização de análises estatísticas.

Gráfico 1 – Distribuição de dados quanto às variáveis: Sexo e Faixa etária

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Nota: Percentual calculado sobre o total de participantes.

Conforme vemos no gráfico, 36,5% dos participantes são do sexo masculino e encontram-se na faixa etária de 36 a 46 anos de idade. No que se refere ao sexo feminino, os dados quantitativos apresentam os seguintes percentuais: o questionário foi respondido por 47 mulheres, o correspondente a 26,4% do total, sendo que aquelas com idade entre 25 a 46 anos compuseram 70,8% do total das participantes. Os dados que se referem à idade das mulheres, tem aproximações com uma pesquisa desenvolvida pelo SINDARSPEN (FERNANDES, 2018) (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná). Segundo esta, 32% das agentes penitenciárias que responderam a pesquisa, mais da metade tinham entre 31 a 40 anos.

Nos presídios brasileiros, há uma predominância de agentes do sexo masculino em relação ao feminino. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações

Penitenciárias (INFOPEN, 2017), 74% das unidades prisionais são destinadas para homens, 17% são unidades que atendem ambos os sexos e 7%, ao público feminino. Nota-se que o país possui um maior número de unidades prisionais masculinas em relação às unidades mistas e destinadas ao público feminino. De acordo com a lei 12.121 de 15 de Dezembro de 2009 (BRASIL, 2009), todos os Estabelecimentos Penais destinados às mulheres deverão ter por efetivo de segurança interna, agentes do sexo feminino. Apesar deste necessário cuidado, um fator relacionado a população ainda deixa a desejar nestes espaços.

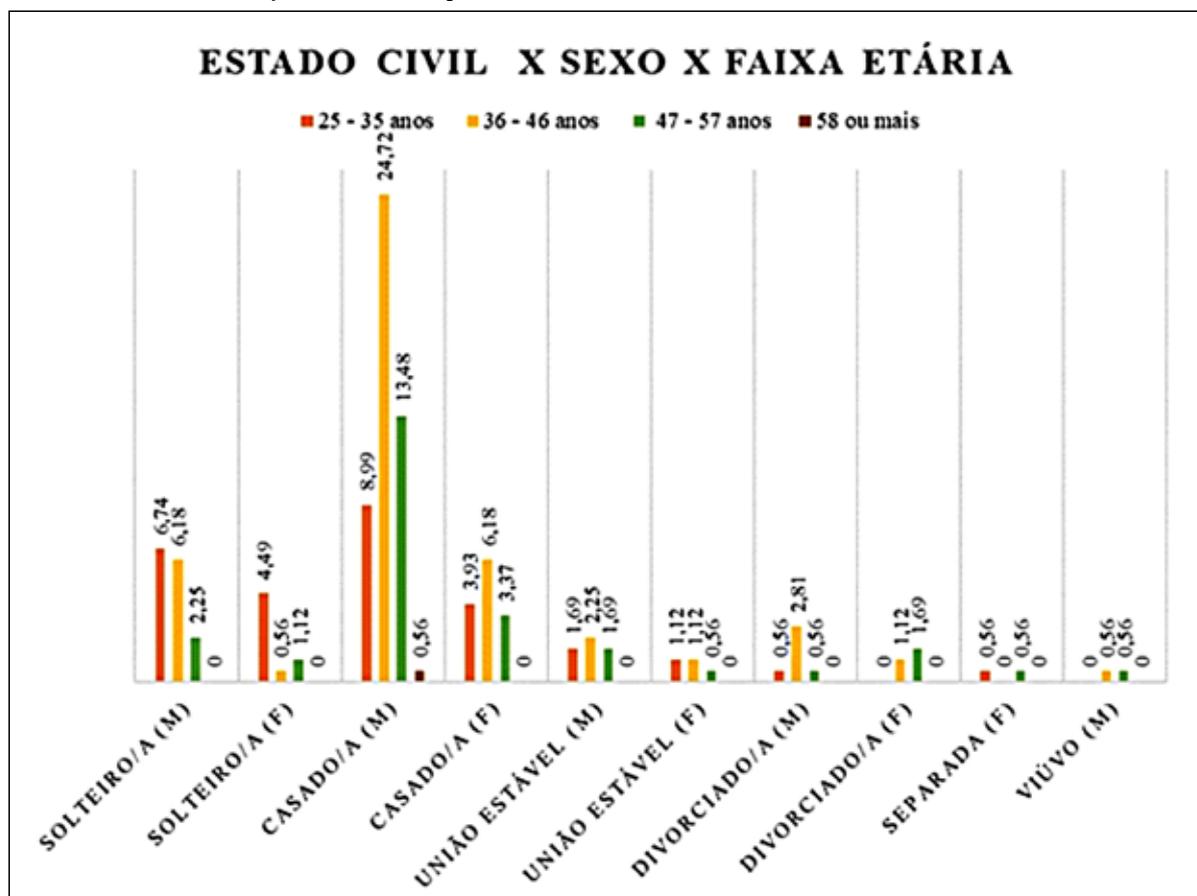
Contudo, apesar das instituições femininas consistirem num número significativamente menor que as masculinas, a superlotação nas unidades prisionais brasileiras constitui-se num dos graves problemas enfrentados pelo sistema prisional. De acordo

com o INFOPEN (2017), as unidades prisionais estaduais somavam 367.217 vagas em todo o país com um déficit de 359.058 vagas. De acordo com o documento, o Paraná possui 33 unidades prisionais com um total de 18.365 vagas para uma população de 57.700 pessoas privadas de liberdade, o que indica que a vaga de um apripriado estava sendo ocupada por, aproximadamente, 3 pessoas, problema este encontrado nos espaços que

atendem homens e mulheres apripriados/as, o que impacta diretamente no trabalho dos servidores/as. Segundo pesquisa do SINDARSPEN (FERNANDES, 2018), 58%% das agentes prisionais relatam insatisfação com as suas condições laborais.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição de dados que demonstram o estado civil dos/as servidores/as que responderam correlacionando o sexo com a faixa etária.

Gráfico 2 – Distribuição de dados quanto às variáveis: Estado Civil, Sexo e Faixa etária



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

De acordo com o Gráfico 2, a maioria dos/as servidores participantes da pesquisa, são casados/as e com idade de 25 a 46 anos, onde, a maioria das mulheres e homens pesquisados/as, encontram-se nas categorias “solteira/o” e “casada/o”.

Uma pesquisa de Bandeira, Batista e Weller (2006) realizada em janeiro de 2005, no Distrito Federal (DF) e Goiás (GO)

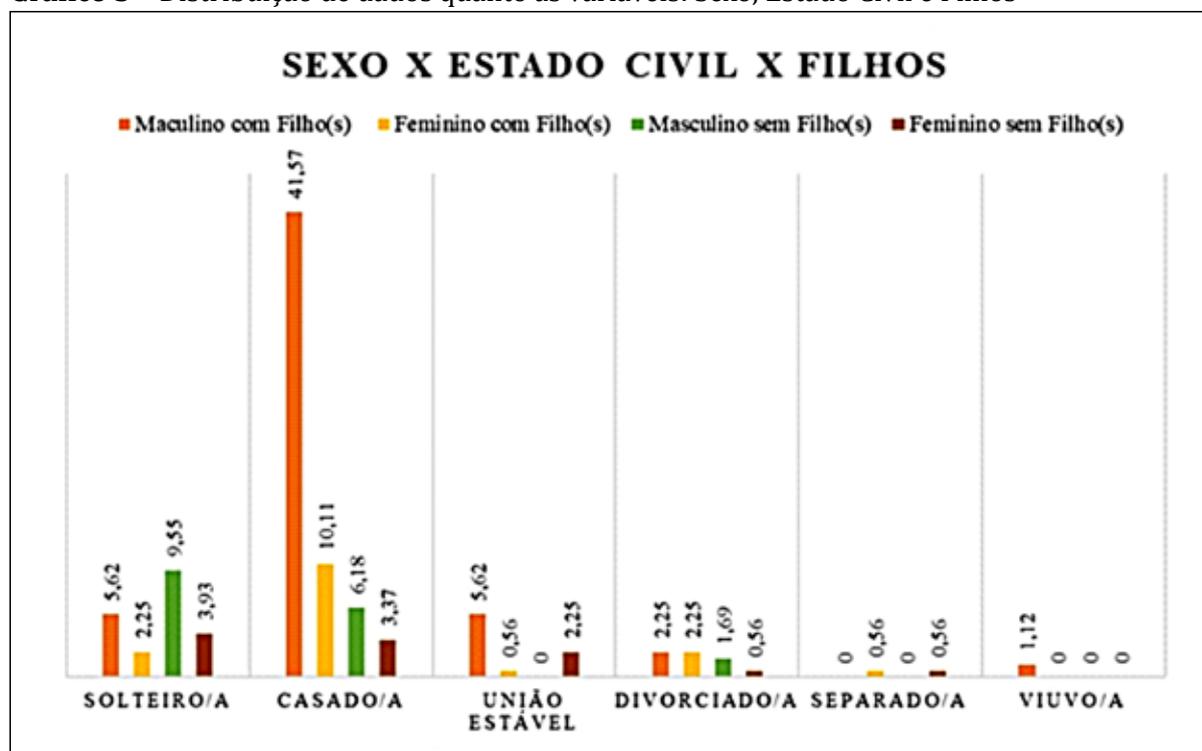
envolvendo, 85 agentes penitenciários revelou que, no DF a maioria destes profissionais encontram-se na faixa etária de 30 a 45 anos e são casados (68%). Com relação às mulheres, 70% se encontram na faixa de 30 a 39 anos e 60% são casadas e com filhos. Em Goiás, o perfil foi dividido em dois grupos: agentes concursadas e as que ingressaram via cargo comissionado, sen-

do estas, na faixa etária de 40 anos ou mais e casadas. Já as concursadas, a maioria são solteiras e na faixa etária dos 20 a 29 anos de idade. Estas pesquisas revelam que, para além da profissão de agente, essas pessoas, fora do trabalho, como a maioria, possuem um convívio familiar que, de certa maneira,

influenciam ou são influenciadas pelo ambiente de trabalho e as condições por ele oferecidas.

Em se tratando de filhos, o Gráfico 3 apresenta um comparativo entre as variáveis sexo, estado civil e filhos dos/as participantes da pesquisa.

Gráfico 3 – Distribuição de dados quanto às variáveis: Sexo, Estado Civil e Filhos



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

De acordo com o Gráfico 3, a maioria dos/as participantes da pesquisa são casados e com filhos. Os estudos de Barham e Vanalli (2012 citado por Bonelli, 2005), revelam que, para os homens, de uma maneira geral, o casamento e filhos consistem em fatores que corroboram para uma maior estabilidade e dedicação no ambiente de trabalho. No entanto, para as mulheres, há uma mudança deste cenário. O casamento e filhos contribuem para que parte significativa das mulheres limitem o seu envolvimento com o trabalho (D’AFFONSECA, 2005 citado por BARHAM; VANALLI, 2012). Para as autoras, o obstáculo enfrentado pelas mulheres na conciliação trabalho e família, decorre jus-

tamente da maior “dedicação”² à família em relação aos homens.

De acordo com Barham e Vanalli (2012), apesar dos papéis múltiplos enfrentados pelas mulheres, o trabalho remunerado representa a sua independência financeira na vida adulta proporcionando-lhes, um reconhecimento social e satisfação pessoal. A relação vivenciada no espaço laboral, em todos os âmbitos, constitui um processo de formação identitária profissional o que contribui para sentimentos de autonomia

² Termo usado pela autora. Há de se considerar que a “dedicação” da mulher à família, é uma justificativa social baseada no machismo culturalmente constituído.

e identidade, o que influencia também nos seus papéis familiares. Contudo, quando se trata da profissão de Agente Penitenciário, como são construídas essas identidades profissionais em meio a um ambiente, na maioria das vezes insalubre, onde as condições são precárias e superlotadas?

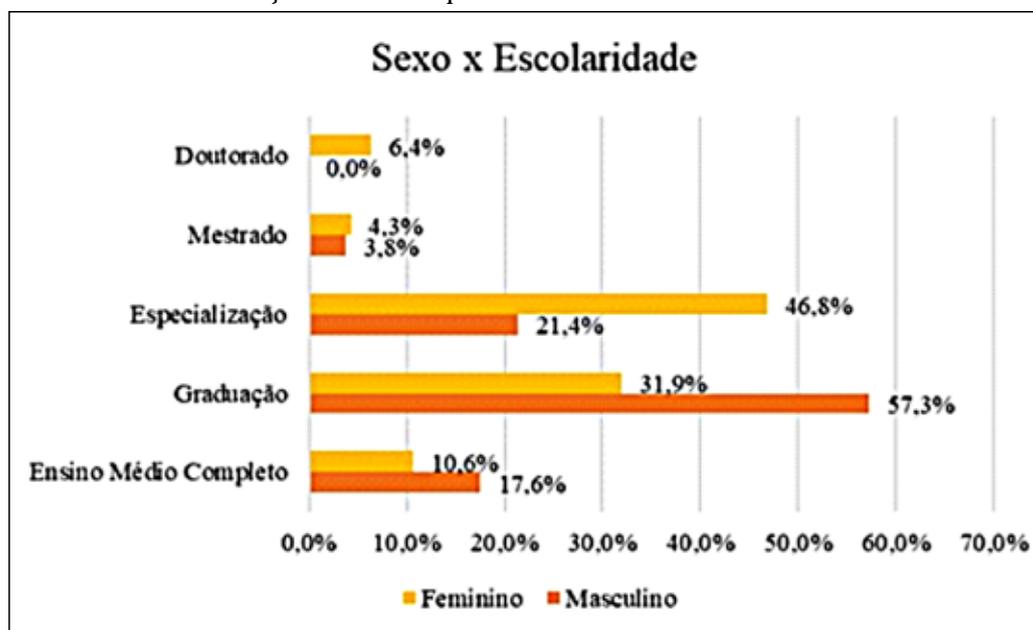
Conforme o SINDARSPEN (MARIANO, 2016), a maioria dos agentes penitenciários, ao responder sobre os aspectos de insatisfação, da influência do trabalho na sua vida social, assinalam que os sentimentos de ameaça e de estresse estão muito presentes no seu cotidiano, o que remete a sensação de que, diferente de outros ofícios, esta profissão carrega uma carga de

sensações negativas que ultrapassa o espaço carcerário.

Para Bandeira e Batista (2006), parte desses profissionais almejam mudar de profissão devido aos baixos salários e a insegurança no ambiente de trabalho frente às condições precárias e superlotação das unidades. O ofício de agente penitenciário passa a ser pensado como algo “passageiro”, mesmo para os profissionais concursados e principalmente para aqueles que já possuem curso superior no seu currículo. (BANDEIRA; BATISTA, 2006).

O Gráfico 4 apresenta o grau de escolaridade dos envolvidos, fazendo um comparativo com o sexo.

Gráfico 4 – Distribuição de dados quanto às variáveis: Escolaridade e sexo



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Nota-se, a partir do Gráfico 3 que a maioria dos/as servidores/as envolvidos/as na presente pesquisa, tem ensino superior completo, sendo que, uma importante parcela possui algum tipo de pós graduação *latu sensu*. Verifica-se ainda a presença de profissionais com mestrado e doutorado.

Estas informações encontram ressonância na pesquisa que trata de parte destes

servidores, os agentes penitenciários, envolvendo, além de outras categorias, a escolaridade (SIDARSPEN, 2016). Deixa claro que embora o função do agente penitenciário tenha como requisito de ingresso o ensino médio completo, 70,7% do total de participantes possuem ensino superior completo, incluindo neste percentual pós graduandos (15,3%), mestres e doutores (1%).

É interessante notar que há um investimento pessoal e particular em formação continuada por parte dos/as servidores que responderam este questionários, sendo que estas motivações não cabem nos limites desta pesquisa.

SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIAS VIVIDAS NO CONTEXTO PRISIONAL

Este campo investigativo vai tratar de violências vividas pelos/as servidores envolvidos nesta pesquisa. Para isso, foram calculadas as médias (M) das violências sofridas por cada agente, que serão discutidas na sequência. O Quadro 1 apresenta um panorama quantitativo geral dos dados coletados dos 178 participantes, divididos por sexo.

Quadro 1 – Distribuição da média de respostas dos Agentes Penitenciários por períodos: Diário, Semanal e Ocasional

		Média Diária		Média Semanal		Média Ocasional	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Agressão Verbal	M	2,63	2,34	3,57	4,47	2,79	3,81
	DP	3,228	3,102	3,597	4,010	3,426	4,095
Ameaças	M	4,21	3,40	4,57	5,13	4,06	4,49
	DP	3,894	3,549	3,883	3,921	3,918	4,133
Intimidação	M	4,18	4,38	4,62	5,26	3,57	5,13
	DP	3,722	3,669	3,929	3,853	3,857	3,780
Ostracismo	M	2,14	2,23	3,37	3,66	3,69	4,21
	DP	3,286	3,278	3,742	3,737	3,614	3,805
Mensagens Agressivas	M	3,27	2,89	4,11	4,91	4,60	4,81
	DP	3,694	3,565	3,874	3,977	3,880	3,792
Posturas Agressivas	M	3,89	4,15	4,14	4,89	4,72	5,32
	DP	3,722	3,526	3,786	3,760	3,852	4,038
Interferência no Trabalho	M	3,44	3,36	3,63	3,26	3,05	3,11
	DP	3,801	3,847	4,004	3,796	3,571	3,789
Comportamento Hostil	M	4,45	4,28	4,38	4,09	3,92	3,53
	DP	4,097	4,058	4,157	4,117	3,842	3,810
Gritos	M	4,60	3,85	4,36	4,19	4,18	3,49
	DP	3,926	3,956	4,063	4,079	3,884	3,659
Silêncio Deliberado	M	2,93	2,72	1,88	2,55	3,22	3,36
	DP	3,606	3,334	2,740	3,282	3,814	3,830
Recusa de Comunicação Direta	M	3,69	2,98	2,56	2,81	3,85	4,04
	DP	3,774	3,294	3,342	3,301	3,975	4,102
Deformação da Linguagem	M	3,88	3,62	2,78	3,34	4,12	4,51
	DP	3,821	3,566	3,438	3,325	4,000	4,043
Comentários Mentirosos	M	2,17	2,47	2,67	2,66	3,76	4,11
	DP	3,197	3,322	3,393	3,571	4,002	4,156
Sarcasmo	M	3,03	3,09	3,39	3,06	4,37	4,85
	DP	3,684	3,741	3,737	3,836	4,101	4,107

Continuação do Quadro 1

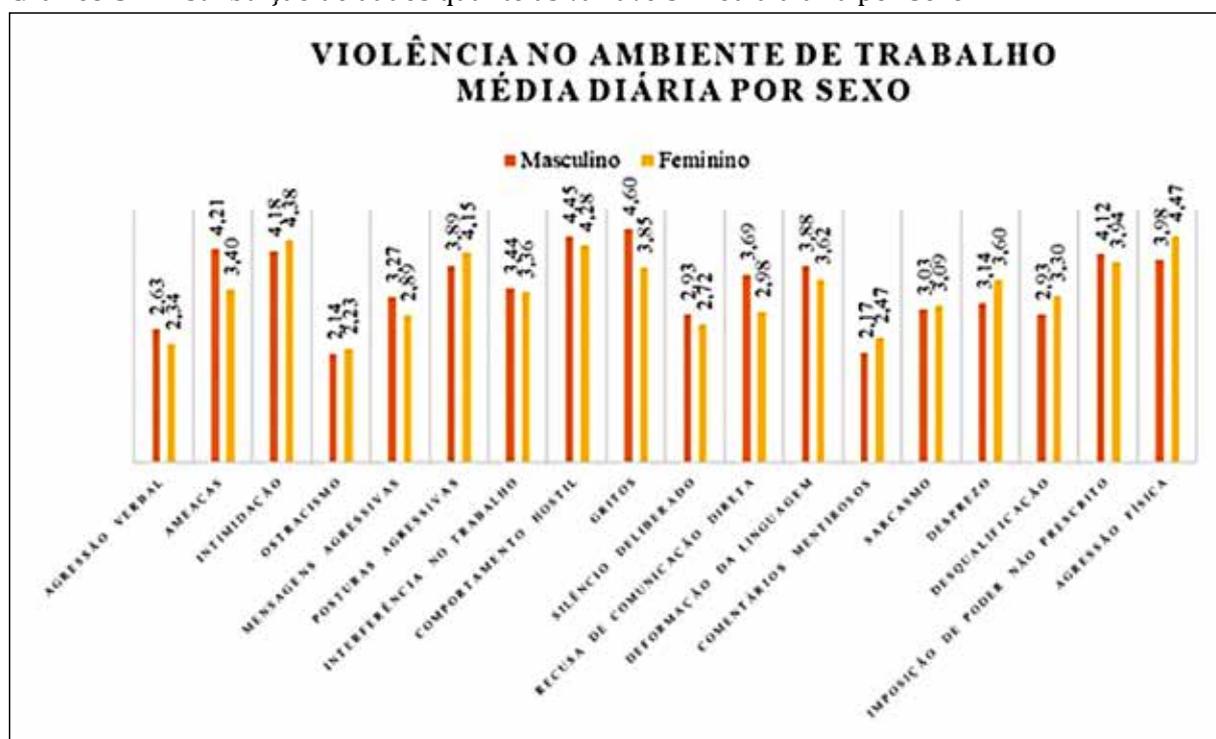
		Média Diária		Média Semanal		Média Ocasional	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Desprezo	M	3,14	3,60	3,55	3,28	4,39	5,15
	DP	3,683	3,710	3,779	3,866	4,085	3,918
Desqualificação	M	2,93	3,30	3,79	3,87	0,67	0,47
	DP	3,447	3,556	4,029	3,786	2,099	1,572
Imposição de poder não prescrito	M	4,12	3,94	4,44	4,64	0,82	0,60
	DP	3,837	3,614	4,205	4,024	2,392	1,715
Agressão Física	M	3,98	4,47	4,44	4,30	1,12	0,98
	DP	3,709	3,635	4,237	4,070	2,490	2,549

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Legenda: M = Média, DP = Desvio Padrão.

Para uma melhor compreensão destas informações, os Gráficos 5, 6 e 7 apresentam a distribuição dos dados, separando-os por períodos, respectivamente.

Gráfico 5 – Distribuição de dados quanto às variáveis: Média diária por Sexo



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

No quadro anterior vimos a distribuição da média de respostas dos servidores por períodos: diário, semanal e ocasional. Agora considerando os valores expressos acima quanto às variáveis indicativas da média diária, do público pesquisado, por sexo e sua relação com a violência no ambiente de traba-

lho pode-se perceber que a incidência masculina apresentada nos quatro primeiros levantamentos (Gráficos) não se repete neste recorte. Segundo o Gráfico 5, as diferenças ficam amenizadas e não tão distantes, com relação aos tipos de violência entre os sexos. No entanto, fica visível que na média

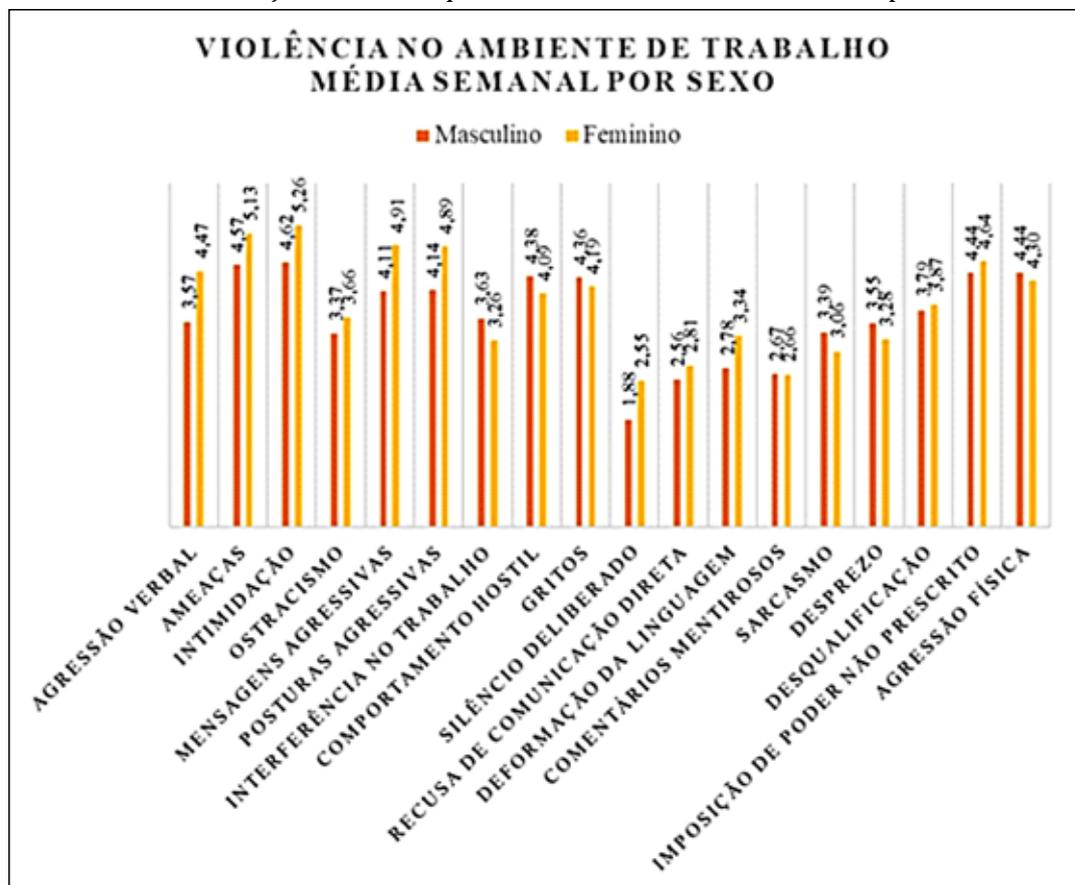
(M) diária há uma incidência maior em alguns tipos de violência - intimidação (4,38), posturas agressivas (4,151), comentários mentirosos (2,47), sarcasmo (3,09), desprezo (3,60), desqualificação (3,30) e agressão física (4,47) - em relação ao sexo feminino.

A pesquisa realizada por Alves e Binder (2014) corrobora com os dados apurados, quando revelou a presença de violências cometidas por 68,2% de servidores de ambos os sexos, estes/as fizeram referência a terem se envolvido em alguma forma de agressões verbais, físicas ou tipos de ameaças no trabalho. Para estes autores, este tipo de estudo expõe o cotidiano caracterizado pela violência nos ambientes laborais estudados. Isto apesar de documentos oficiais, que determinam e orientam as práticas deste trabalho, serem expressamente claros sobre a necessidade de estabelecer a moral como linha mestra no cotidiano. Um destes seria o Caderno de Segu-

rança do DEPEN (SANTOS, 2011). Este, cita a necessidade de uma construção e estabelecimento de tratamentos baseados no que é aceito como princípios éticos e morais o que vai na contramão dos resultados obtidos na pesquisa e apresentados no Gráfico 5, onde apresenta médias referentes a diferentes situações de violência vividas por uma mesma pessoa em seu ambiente de trabalho.

Outro dado encontrado no documento frisa a necessidade do equilíbrio emocional, demonstrado pela estabilidade mental, definida por atitudes comedidas e prudentes no ambiente do cárcere. (SANTOS, 2011). Num comparativo entre os resultados da pesquisa e o Caderno de Segurança do DEPEN podemos nos perguntar se a teoria está sendo vivenciada na prática, ou seja, se o que consta nos documentos legais acerca do trabalho do servidor realmente está sendo praticado no cotidiano dos espaços prisionais.

Gráfico 6 – Distribuição de dados quanto às variáveis: Média semanal por Sexo



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

No gráfico acima verificamos a apresentação de médias (M) em relação a ambos os sexos. No feminino, são descritos tipos específicos de comportamento violentos que se destacam, majoritariamente, nas médias apresentadas, como a agressão verbal (4,47), ameaças (5,13), intimidação (5,26), ostracismo (3,66), mensagens agressivas (4,91), silêncio deliberado (2,55), recusa de comunicação direta (2,81), deformação da linguagem (3,34), desqualificação (3,87) e imposição de poder não prescrito (4,64). Ferreira *et al.* (2017) apontou em sua pesquisa, a ocorrência de ao menos um evento violento (28,4%) no ambiente de trabalho envolvendo agentes penitenciários.

Com relação ao masculino, notamos que alguns aspectos da realidade desse ambiente, segundo Santos (2010) são desconcertantes, o que parece certo, às vezes, está errado, e aparentes absurdos, descobrem lógica nas circunstâncias, como por exemplo, surrar alguém, por mais inadequado que

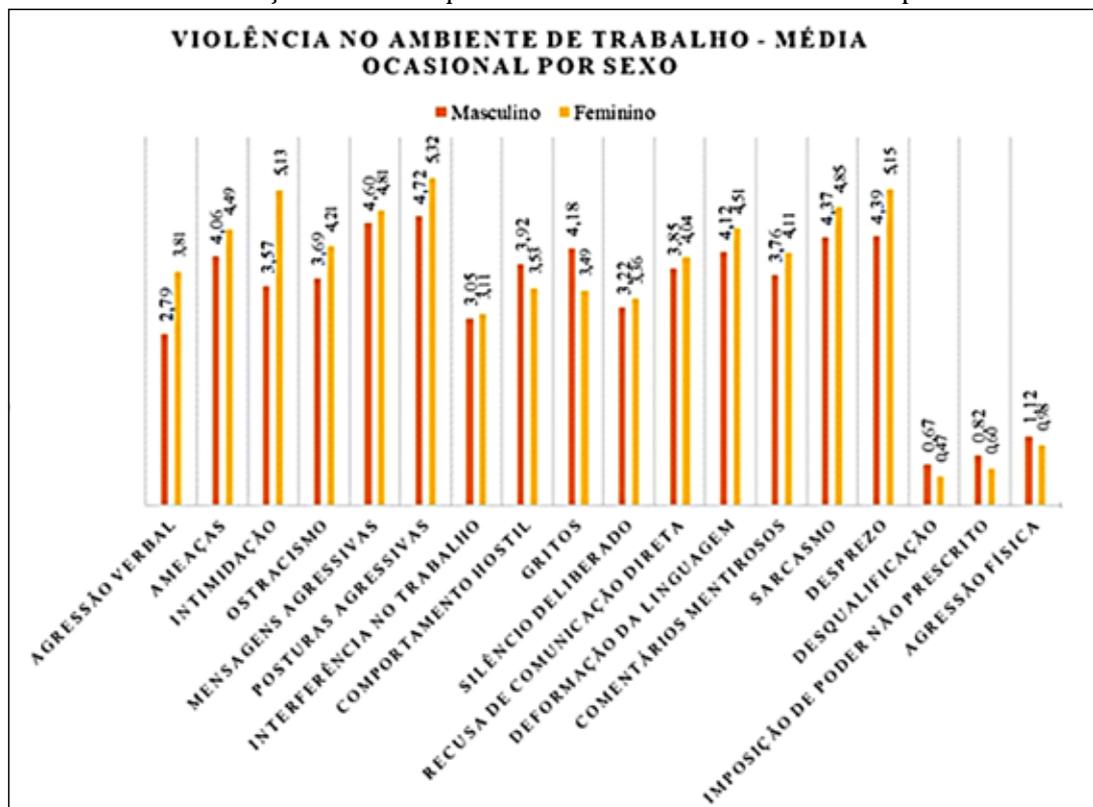
seja considerado, se torna pertinente porque é coisa para “macho”. Não se submeter a executar o solicitado, é estar suscetível a ser rotulado de “frouxo”.

Deixar de usar a violência, como relata Dejours (2001) *apud* Santos (2010), pode deixar um homem psicologicamente fragilizado, porque ele incorre no risco de ser visto pelos outros homens que praticam a violência, como aquele que não merece ser reconhecido como pertencente ao grupo dos homens.

A renúncia da prática da força, da violência, da dominação e da agressividade é considerada pelos pares como um sinal de covardia. O problema em não corresponder a este tipo de expectativas pode ser o não reconhecimento de ser homem entre os seus pares. Estes e outros fatores associados contribuem para o que chamamos de violência na prisão.

O Gráfico 7 apresenta dados sobre estas experiências negativas vivenciadas ocasionalmente pelos participantes da pesquisa.

Gráfico 7 – Distribuição de dados quanto às variáveis: Média ocasional por Sexo



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

O gráfico 7 apresenta significativos dados que demonstram que as servidoras dentro do sistema carcerário convivem, ocasionalmente, com um número maior de violências em relação aos servidores. De 18 categorias contempladas no gráfico, 11 delas apresentam médias superiores às dos homens, dados estes que apontam para o que é conhecido como a construção do feminino e masculino neste ambiente de trabalho.

Há de se considerar que o fenômeno da violência tem sua ocorrência mais frequente em alguns tipos de trabalho, como os que atuam na área da Saúde, Educação e Agentes carcerários. As especificidades destes grupos profissionais apontam que os trabalhadores têm uma maior exposição a estes tipos de eventos. No caso dos servidores do sistema prisional, entre as prováveis causas, está o lidar com os privados de liberdade, celas superlotadas, as rebeliões, e o número reduzido de agentes.

Percebe-se que estes fatores descritos acima, contribuem para o desenvolvimento das violências no local de trabalho, assim como as diferentes funções atribuídas aos agentes como vigiar, disciplinar os encarcerados. Durante a execução das atividades laborais foram coletados os dados e os demonstramos graficamente.

No Gráfico 7 vemos uma maior incidência de violência ocasional comportamental em relação ao sexo feminino em comparação às agressões físicas ocasionais atribuídas ao masculino. Ou seja, os agentes de acordo com o levantamento, como grupo, sofrem a violência perpetrada ocasionalmente por pessoas de sua equipe, isto é, as experenciam de forma física e psicológica. Estas circunstâncias provocam interferência negativa segundo Lourenço (2010), nas condições de saúde que afetarão o desenvolvimento de

seu trabalho. Este autor em sua tese, frisa que a situação física e psicológica pode ficar tão ruim, impactando de forma negativa em suas vidas dentro e fora do trabalho.

A partir desta análise, observa-se que o ambiente carcerário brasileiro tem a violência como resultado de um processo com diferentes causas. É necessário um enfrentamento desta situação para a adoção de ações pertinentes, que tenham a capacidade de intervenção tanto no cárcere como fora de seus muros, ou seja, na sociedade.

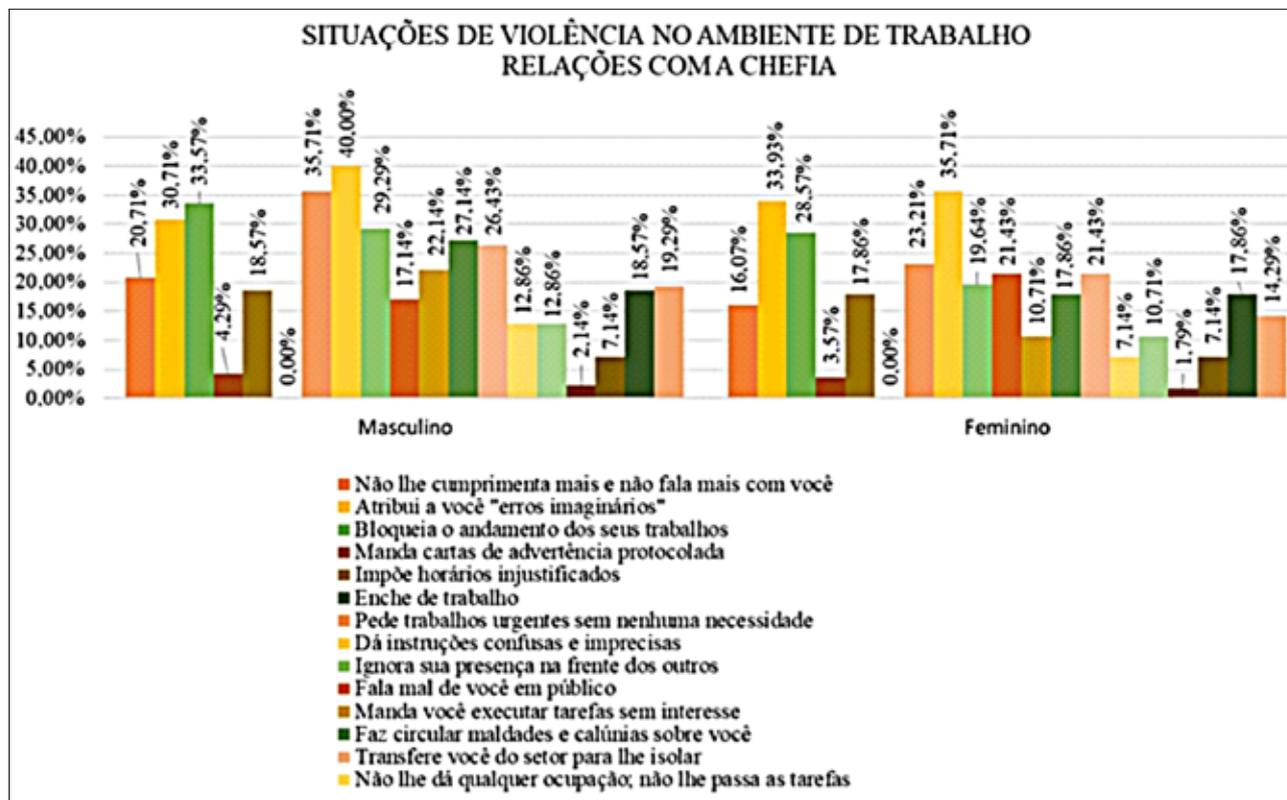
Quando perguntado sobre questões³ de violências em relação à chefia, o Gráfico 8 (página seguinte) apresenta as seguintes informações, divididas por sexo.

Os resultados encontrados no Gráfico 8 se referem à perguntas fechadas relacionadas à chefia. Foram identificados alguns pontos nevrálgicos, cujos percentuais chamam a atenção ao lidar com as/os servidores, no que se refere principalmente às relações de comunicação direta, apontando nessa relação para a sinalização de assédio como uma das violências vivenciadas no contexto laboral.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), muitos trabalhadores estão sujeitos a diversos tipos de comportamentos violentos. Cita que em países como o Reino Unido e África do Sul, eles/elas sofrem com um número elevado de violências no local de trabalho. Acrescenta que repetidos atos de violência “desde comportamentos prepotentes agressivos, assédio sexual e ameaças, até humilhação e deterioração moral dos trabalhadores - também podem evoluir cumulativamente para casos muito graves” podendo chegar até ao suicídio. (OMS, 2002, p. 18).

3 O questionário respondido foi copiado integralmente do site <http://www.assediomoral.org/spip.php?article296>

Gráfico 8 – Violências no Ambiente de Trabalho – Servidores/as e a relação com a Chefia



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A violência no ambiente prisional consiste num fenômeno complexo e multicausal (FERREIRA et al., 2017) conforme apresentado no Gráfico 8 onde identificam-se várias situações de violências sofridas pelos/as servidores/as no espaço de trabalho. É fato inconteste que todas as situações apresentadas impactam na saúde de qualquer trabalhador, principalmente daqueles que lidam com uma violência aparente e iminente, no cotidiano das unidades prisionais. Essas situações tornam-se ainda mais significativas quando consideradas no ambiente insalubre que é o prisional, o que requer, a necessidade de serem mais estudadas quando comparadas, em seus impactos, em outros contextos.

Constata-se que é mister ocorrer um enfrentamento desta situação por parte de movimentos sindicais, no que tange às políticas públicas que atuem na elaboração de ações intersetoriais de atendimento na estrutura

física e humana do ambiente carcerário, o que poderá refletir também na qualidade de vida dos/das agentes nos espaços intra e extramuros desta categoria profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência na sociedade, tem tornado necessária a existência dos cárceres. As pesquisas, têm mostrado que o sistema carcerário brasileiro apresenta graves problemas estruturais, a começar pela superlotação das unidades contribuindo para que o ambiente se torne ainda mais insalubre, estabelecendo um verdadeiro abismo entre o que seria ideal e o real. Dentro deste cenário, vivendo situações estressoras viabilizadas até pelo próprio ambiente, na linha de frente, encontram-se os/as agentes penitenciários que são impactados diretamente pelos diversos tipos de violências que permeiam as instituições que trabalham com a privação de liberdade.

Diferente do que apregoa a teoria, o objetivo do trabalho do agente penitenciário no cárcere seria, a princípio, desenvolver uma função cujas condições contribuam para o equilíbrio comportamental nas relações humanas dentro das unidades. Seu papel implica numa relação com pessoas, na sua maioria, vulneráveis que, de certa forma, já tiveram em algum momento, os seus direitos negados. Nota-se, no entanto, que apesar de prováveis tentativas isoladas, o trabalho no cárcere, na sua maioria, ainda não atende efetivamente àquilo proposto na teoria.

Constata-se ainda que, apesar da visibilidade midiática com os acontecimentos das rebeliões e violências nos presídios, as dificuldades e situações precárias no trabalho dos/das servidores que, como apurado na pesquisa, nem sempre são expostas. A respeito disso, Adorno (1991) em sua pesquisa, fala sobre esta situação de “claro-escuro”, quando declara que “A prisão, como outras instituições de controle repressivo da ordem pública, não é transparente, sendo pouco acessível à visibilidade externa, a não ser em pequenos momentos e situações, como sejam cerimônias institucionais e rebeliões carcerárias”.(ADORNO, 1991, p. 27).

O corpo de funcionários, no desenvolvimento diário de suas atividades se deparam também com as dificuldades de lidar, entre seus pares, com situações ligadas à violência como uma resposta aos desafios no desenvolvimento das suas funções e estabelecer seu lugar no grupo.

Os resultados apresentados nesta pesquisa revelam que o desenvolvimento/estabelecimento de comportamentos violentos em suas diversas facetas mostram que apesar do nível superior de muitos/muitas trabalhadores/as carcerários, falta investimentos, por parte do poder público, no que se refere à formação continuada para lidar

com as diversas circunstâncias inerentes ao espaço prisional, sem o uso de atitudes violentas. Uma das alternativas seria o investimento no processo de acompanhamento em saúde mental dos servidores, o que poderá impactar nas suas vidas pessoais e profissionais.

As situações de violências trazem sequelas que transbordam para além dos muros do cárcere, atingindo espaços familiares e relacionais. Há de se considerar que adotar ações pontuais e/ou isoladas para a melhoria da qualidade de vida laboral dos servidores não é suficiente, pois o cárcere por si só, não somente é violento mas é produto dos diversos tipos de violências que permeiam a nossa sociedade. Neste sentido, há a necessidade de que os investimentos em políticas sociais sejam prioritárias no país, de modo que atendam principalmente as camadas menos favorecidas da sociedade, pois somente desta forma, poderá haver uma diminuição das desigualdades sociais e conseqüentemente das violências encontradas nas ruas, casas, instituições que, de uma forma ou de outra, ressoam nos espaços prisionais atingindo a todos e todas envolvidas no sistema penal.

Esta pesquisa não se esgota pela complexidade e importância do seu tema, imprimindo a necessidade de outras pesquisas sobre essas realidades, pouco reveladas e divulgadas, vividas nos espaços prisionais brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v.3, n.1-2, p.7-40, 1991. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ts.v3i1/2.84813>> . Acesso em: 05 abr. 2020.
- ALVES, V.; BINDER, M.C.P. Trabalhar em penitenciárias: violência referida pelos

trabalhadores e (in)satisfação no trabalho. **Rev. bras. saúde** [online]. v. 39, n. 129, p. 50 – 62, 2014 Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0303-7657000066712>>. Acesso em 05 abr. 2020.

BAGALHO, J. O. MORAES, T. D. A organização do trabalho prisional e as vivências de prazer e sofrimento. **Estudos de Psicologia**. p. 305-315, 2017.

BANDEIRA, L. M. **Construção das Carreiras e das Trajetórias Profissionais dos Operadores da Justiça Criminal e Segurança Pública**. Brasília: Universidade de Brasília. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2006.

BANDEIRA, L.; BATISTA, A. S. Trajetórias Profissionais e Carreira dos Agentes Penitenciários: Distrito Federal e Goiás. **Coleção Segurança com Cidadania**. v. 1, 2006.

BARHAM, E. J.; VANALLI, A. C. G. Trabalho e Família: Perspectivas Teóricas e Desafios Atuais. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v.12, n.1, p. 47-60, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 abr. 2020.

BARRETO, Margarida M. S. **Uma jornada de humilhações**, 266 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: PUC, 2000. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17175>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.121 de 15 de dezembro de 2009. Brasília: **Casa Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12121.htm>. Acesso em 05 abr. 2020.

FERNANDES et al. Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v.18, n.3, 2002. <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000300024>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

FERNANDES, W. **Pesquisa sobre condições de trabalho das agentes penitenciárias femininas no Paraná**. Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná, 2018.

FERREIRA, M. J. M. et al., Prevalência e fatores

associados à violência no ambiente de trabalho em agentes de segurança penitenciária do sexo feminino no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva** [online], v.22, n.9, p.2989-3002, 2017.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Assédio moral: a violência perversa do cotidiano**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

INFOPEN – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Brasília: **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2020.

LOURENÇO, A.S. **O Espaço da Vida do Agente de Segurança Penitenciária no Cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários**. 226 f. Tese (Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-20072010-153506/publico/lourenco_do.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de La liberación**. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial Sobre Violência e Saude** 2002. Disponível em: <<http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>>. Acesso em 01 abr. 2020.

SANTOS, J. R. R (Org.). Práticas de segurança nas unidades penais do Paraná. Curitiba: **Secretaria de Estado e Cidadania**, 2011.

SANTOS, M. M. **Agente penitenciário: trabalho no cárcere**. 87 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17464/1/MarciaMS_DISSERT.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020

SCARTAZZINI, L. BORGES, L. M. Condição Psicossocial do Agente Penitenciário: uma

revisão teórica. São Paulo: **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 38, n. 94, 2018.

SIMM, Zeno. **Acoso psíquico no ambiente de trabalho: manifestações, efeitos, prevenção e reparação**. São Paulo: LTr, 2008

SOBOLL, Lis A. P. (Org^a). **Intervenções em Assédio Moral e Organizacional**. São Paulo: LTr, 2017.

MARIANO, R. A. **Operários do Cárcere**. Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná. Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.sindarspen.org.br/upload/download/856>. Acesso em: 02 abr. 2020.

[sindarspen.org.br/upload/download/856](http://www.sindarspen.org.br/upload/download/856). Acesso em: 02 abr. 2020.

VASCONCELOS, A. S. F. **A saúde sob custódia: um estudo sobre agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro**. 2000. 66 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000.

Recebido em: 09/04/2020

Aprovado em: 10/05/2020